

Liderança e negociação política na Capital Federal:

Augusto de Vasconcelos —
o “Dr. Rapadura”

Leadership and political negotiation in
the Capital: Augusto de Vasconcelos
— the “Dr. Rapadura ”

AMÉRICO FREIRE

Professor titular do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais e da Escola de Ciências Sociais (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Pesquisador do CNPq e Cientista do Nosso Estado da Faperj.
americo.freire@fgv.br

RESUMO: A proposta do artigo é acompanhar a trajetória de Augusto de Vasconcelos — figura-chave da política carioca nas primeiras décadas republicanas. Médico, representante das áreas rurais e hábil negociador, Vasconcelos é estudado com um exemplo das ambiguidades do campo político da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, polarizado entre a tutela dos poderes federais e as demandas autonomistas das forças políticas locais.

PALAVRAS-CHAVE: Primeira República. Lideranças locais. Intervenção federal. Autonomia municipal.

ABSTRACT: The purpose of the article is to follow the trajectory of Augusto de Vasconcelos — a key figure in Rio's politics in the first republican decades. A physician, representative of rural areas and a skilled negotiator, Vasconcelos is studied with an example of the ambiguities in the political field of the city of Rio de Janeiro, then the Federal District, polarized between the protection of federal powers and the autonomous demands of local political forces.

KEYWORDS: First Republic. Local leaders. Federal intervention. Municipal autonomy.

Uma das melhores maneiras de se tentar compreender a montagem do Estado republicano brasileiro, na última década do século passado, se dá por meio da leitura do balanço monarquista publicado a partir de 1899 sob o nome “Década Republicana.” Nesta obra, entre outras coisas, se verifica o quão distantes da ordem imperial estavam as principais proposições do novo regime, e ainda a profundidade (e ousadia) do experimento federalista que reordenou de cima a baixo o sistema político-institucional do país.

No que se refere à capital brasileira, isto é flagrante. Na concepção monarquista, a capital era a melhor expressão do regime; era corte imperial e polo civilizador; suas instituições eram (e deveriam ser) modelares; o *município neutro* era administrado com probidade e controle em lugar do “des-calabro republicano”. Não é tarefa das mais fáceis, mas se conseguirmos nos desvencilhar do estilo épico e ressentido presente em alguns de seus artigos, podemos chegar a conclusão que realmente muita coisa mudou mesmo. (CANDIDO de OLIVEIRA et alii, 1986).

A começar pelo fato de que a República demorou bastante para definir o que ela queria da capital. Ou mesmo se tinha interesse em discutir o tema, tamanha a fragilidade dos debates constituintes, que, como sabemos, resultaram em medidas praticamente impossíveis de serem executadas (como a mudança da capital — sem prazo definido — para uma região na área central do país ainda a ser demarcada), além de muito pouco esclarecer sobre como conciliar a presença dos poderes central e municipal na cidade do Rio de Janeiro, que permaneceu como capital até a futura mudança da sede do governo.

A nova ordenação político-institucional, inspirada no modelo norte-americano, daí a denominação Distrito Federal, foi apenas esboçada no texto constitucional. Não se chegou a nenhuma conclusão de como se daria a tutela federal e qual seria o desenho do governo que seria exercido, segundo a nova carta, por autoridades municipais. Em apenas um ponto a nova carta não tergiversou, qual seja a da separação política entre a capital e o estado do Rio de Janeiro, o que resultou na criação de uma bancada de representantes do Distrito Federal de 10 deputados federais e 3 senadores. A medida era coerente com a concepção dominante nas hostes republicanas que defendia a necessidade de se apartar a capital dos estados para nela criar uma sede de governo com estrutura própria e original.

Coube então ao Congresso Nacional dar forma ao Distrito Federal por meio da aprovação de uma Lei Orgânica do município da capital. A nova legislação, aprovada em 1892, terminou por aprovar uma solução de

compromisso que buscou atender tanto ao interesse do poder central de exercer o seu controle sobre a sede do governo, como ao princípio básico de representação popular. Para dar conta desse compromisso, ficou estabelecida a distribuição de atribuições político-administrativas entre o delegado da presidência da República (o prefeito), o Senado Federal (encarregado de apreciar os vetos do prefeito) e o órgão legislativo eleito pela população (o Conselho Municipal).

O resultado de tudo isso foi a conformação de um novo campo político na capital que, a partir daí, ficaria marcado por uma intensa disputa entre as diversas forças e instituições interessadas em manter ou ampliar o seu quinhão de poder na principal cidade do país. Após a crise política de 1897, que colocou em xeque o modelo liberal republicano, processou-se um importante remanejamento nessa situação que deu margem à introdução de uma política de enquadramento da capital, desfechada nas administrações dos presidentes Campos Sales e Rodrigues Alves.

Nossa porta de entrada para o estudo desse novo campo de forças se dá pelo acompanhamento da trajetória de um dos principais líderes políticos cariocas, o médico, intendente, deputado federal e depois senador Augusto de Vasconcelos. Carioca, filho de fazendeiros da paróquia de Campo Grande, ex-monarquista, o perfil de Vasconcelos pouco se coadunou com a vertente republicana radical que marcou época na vida política da cidade no final do Império e na primeira década do novo regime, e que produziu brilhantes tribunos como Silva Trovão, Silva Jardim, Irineu Machado, Barata Ribeiro, entre outros. Político dos bastidores, mais afeito à guerra de posições do que a grandes batalhas, Vasconcelos atuou principalmente na articulação e na arregimentação de lideranças políticas. Sua atuação e discurso foram em geral voltados para o interior do campo e não para os profanos. (BOURDIEU, 1996: 292-298 e BOURDIEU, 1990: 162-207).

O principal argumento deste artigo é simples e direto: Augusto de Vasconcelos expressou como nenhum outro a ambiguidade do campo político carioca na Primeira República. Durante sua longa e ascendente trajetória, atuou coerentemente em uma estreita faixa em que procurou se equilibrar entre uma postura que lhe garantisse acesso ao poder central e à prefeitura, e a defesa da autonomia da capital e de suas instituições políticas.

O trabalho a seguir segue o caminho, por muitos já trilhado, de centrar o foco no percurso político de um determinado protagonista. O método nos parece profícuo e estimulante ainda mais porque pouco, ou quase nada se sabe, sobre as estruturas políticas cariocas e seus personagens. A despeito

dos últimos avanços na pesquisa, a historiografia ainda permanece presa às concepções de caráter generalizantes que terminam por esvaziar o conteúdo político da antiga capital federal.

Sabemos também dos perigos e dificuldades de utilização do método de cunho biográfico, já largamente descritos pela historiografia, geralmente relacionados à perda da capacidade analítica resultante do uso de lentes de tal forma fechadas no personagem, que o devir acaba por girar apenas em torno da ação individual. O leitor, no entanto, fica alertado que, ao menos, busquei evitar cair na clássica armadilha da troca de identidade do autor com o personagem.

Em um primeiro momento examinaremos a inserção de Augusto de Vasconcelos no campo político carioca republicano. Depois, analisaremos sua atuação nos momentos de redefinição político-institucional no Distrito Federal que se acentuaram paralelamente à montagem e implementação da “política dos estados” de Campos Sales. Finalmente, acompanharemos Vasconcelos como aliado preferencial do condestável gaúcho na “República de Pinheiro Machado.”

De adesista a chefe político do “triângulo”

A elaboração e aprovação da Lei Orgânica relativa à capital brasileira se deu em meio ao que Victor Nunes Leal denominou “arrojo liberal”, isto é, o momento fundador do regime em que os princípios descentralizadores sobrepujaram de longe a chamada razão de Estado. Com o decorrer do tempo, essa situação se modificou e a República encontraria seu prumo por meio de um arranjo que tomou por base mais a realidade política do que os fundamentos e princípios constitucionais. (LESSA, 1988).

A negociação política foi a marca da legislação que fundou o Distrito Federal. Como já nos referimos, o texto legal produziu um peculiar e original desenho político-institucional em que as atribuições de governo ficavam a cargo do Conselho Municipal e da Prefeitura, enquanto ao Senado caberia à mediação entre aqueles dois ramos de poder. A República apostou alto e praticamente desconsiderou o modelo imperial de capital, em que o único órgão responsável pela administração da capital (a Câmara Municipal), era subordinado diretamente ao poder central por meio do Ministério do Império. Foi criada, portanto, uma estrutura muito mais complexa, em que a tutela do poder central sobre a capital foi dividida entre o Senado e o

delegado do poder executivo federal. Esses dois novos personagens passariam a competir naquele campo que contaria também com um legislativo local forte do ponto de vista administrativo (pelas suas amplas atribuições relacionadas à gestão da cidade), mas frágil do ponto de vista político, dado que não cabia ao órgão, mas ao Senado Federal, apreciar os vetos do prefeito. (FREIRE, 2000).

O processo de criação e definição de um modelo político-institucional para o Distrito Federal, conquanto que precário, deu fôlego aos grupos políticos locais que trataram de ocupar os órgãos legislativos municipal e federal. Em pouco tempo, constituiu-se um eixo de poder, sob a liderança de senadores e deputados federais cariocas, que, tendo por base principalmente o Partido Republicano Federalista (PRF), transformou-se em interlocutor privilegiado do poder central na condução política da capital. Durante a gestão do presidente Prudente de Moraes (1894-1898), a agremiação ganhou ainda maior expressão e legitimidade com a nomeação para a prefeitura de um dos seus membros, o médico e deputado federal Furquim Werneck.

A força do PRF local advinha tanto de seu caráter de seção do grande partido oficial comandado pelo “general das 21 brigadas”, Francisco Glicério, como pela sua penetração entre as lideranças de perfil local, das quais se destacou um grupo que acabou por ser conhecido na imprensa como “triângulo”, formado por intendentess de três distritos rurais cariocas: os médicos Augusto Vasconcelos (Campo Grande), Felipe Cardoso (Santa Cruz) e Raul Barroso (Guaratiba).

Exercendo um rígido controle sobre o seu eleitorado, o “triângulo” se transformou em uma área estratégica para o controle do partilhado campo político carioca. Com apoio do grupo, Tomas Delfino, principal prócer do PRF carioca, elegeu-se sucessivamente para o Senado Federal. Outro dado significativo da força do “triângulo” foi a eleição dos seus três principais líderes para a Câmara dos Deputados no pleito federal de 1896.²

A ascensão do grupo chamou a atenção de parte da imprensa que fazia oposição da PRF carioca. Um dos seus principais porta-vozes oposicionistas era o jornal *Cidade do Rio*, do jornalista e político José do Patrocínio. Em inúmeros artigos, o líder abolicionista criticou as práticas políticas *imorais* do “triângulo” e denunciou suas relações ilícitas com o Matadouro de Santa Cruz. O principal alvo de Patrocínio era Augusto de Vasconcelos, a quem denominava “Dr. Rapadura”, em alusão às origens rurais de sua família.

A manifestação enfática de um jornalista de prestígio como Patrocínio expressava algo mais do que a mera denúncia: era também sinal de declí-

nio de algumas lideranças políticas e intelectuais que tiveram um papel importante no advento republicano mas que, com o decorrer do tempo, foram perdendo poder para políticos de perfil mais local, com clientelas seguras e com experiência política. Este processo de renovação política ficou claro no pleito federal de 1896, em que dos onze representantes eleitos (1 senador e 10 deputados federais), 6 eram ex-intendentes.³

Como nos referimos, um dos membros dessa nova safra foi Augusto de Vasconcelos. Começamos então a nos concentrar em nosso protagonista. Segundo Dunschee de Abranches, Vasconcelos nasceu em 1856 na cidade do Rio de Janeiro. Filho de fazendeiros, formou-se médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Durante o Império manteve ligações com o Partido Liberal, exercendo o cargo de delegado de higiene durante aquele regime. Na República, obteve o seu primeiro mandato parlamentar em outubro de 1892, elegendo-se intendente municipal pelo distrito de Campo Grande. (ABRANCHES, 1918: 654-655).

No legislativo municipal, teve atuação de destaque. Esteve constantemente na tribuna fazendo pronunciamentos sobre variados temas, que abordavam desde o crônico problema do abastecimento da carne verde até questões de natureza político-institucional. Manteve uma posição discreta em relação aos prefeitos Barata Ribeiro e Henrique Valadares, não engrossando o coro dos intendentes que criticavam a falta de pulso do executivo municipal na cobrança de impostos que deveriam ser repassados pelo poder central à municipalidade do Distrito Federal, conforme a Lei Orgânica.⁴ Por algumas vezes, foi alvo de denúncias de jornais e de outros intendentes que apontavam irregularidades nas eleições em seu distrito.

Uma mais séria dessas denúncias veio do intendente Pereira Lopes que o acusou, na seção de 4 de abril de 1893, de obrigar o eleitorado de sua freguesia a votar em células coloridas no candidato ao Senado Aristides Lobo “somente para fazer conhecer a sua influência local.” Lopes afirma ainda que as eleições em Campo Grande eram em geral realizadas “a bico de pena”, e Vasconcelos, que se apresentava como “republicano genuíno”, fora na realidade “um dedicado servidor da monarquia, ocupando os lugares mais importantes da sua paróquia, todos conseguidos a base de favores.”⁵

Em seu pronunciamento do dia seguinte, Vasconcelos responde a todos esses ataques. Nega a fraude eleitoral e assinala o caráter insubmisso do eleitorado de Campo Grande que, nas referidas eleições, “não se submeteu à força da polícia e que teve independência para reagir contra ela”. Afirma ainda que Pereira Lopes desconhecia a lei e não poderia provar nenhuma

irregularidade. Em seguida, procura deixar clara a sua posição política perante o novo regime. Afirma que nunca foi republicano histórico; “eu quero ser o que sou”.

Aceitei a República e a ela tenho servido com dedicação e lealdade. O que não posso é, adotando a República, dizer publicamente que sou republicano, e nos meus atos manifestar-me inteiramente contrário a ela. É isto que não posso fazer nem faço. (Anais do Conselho Municipal, sessão de 5 de abril de 1893)

Vasconcelos tinha consciência de que a acusação de monarquista não era um grande problema naquela época em que inúmeras lideranças do antigo regime fizeram fileira para reconhecer a República logo após o 15 de novembro. Talvez por isso, afirmava com todas as letras que era um adesista republicano. O que realmente contava naquele momento de acirrada competição política na passagem de um regime para o outro, era a sua capacidade de arregimentação eleitoral demonstrada tanto em sua eleição (fora o intendente mais votado) como no pleito que elegeu Aristides Lobo.

Em telegrama confidencial enviado ao chefe de polícia da capital logo após a vitória de Lobo, Vasconcelos apresentava as suas contas e seus métodos: “Aristides [Lobo] 525, sendo 432 em células vermelhas minhas.” (VENEU, 1987: 61) O resultado daquelas eleições em outro distrito do “triângulo”, Santa Cruz, também dava mostra da força política daquele grupo: Aristides Lobo teve 327 dos 329 dos votos enquanto o seu concorrente, Barão de Ladário, ficou com apenas 2 votos.

Estes dados bem exemplificam a maneira pela qual foi constituída a corrente política que viria a dominar a cena política carioca, sendo então comandada por Aristides Lobo, no Senado, e Tomas Delfino, primeiro na Câmara dos Deputados e logo depois na Câmara Alta. Formavam, lado a lado, combativas figuras dos tempos da propaganda republicana com a tradicional política localista expressa nas práticas do “triângulo”.

Crise, cooptação e resistência

Em dezembro de 1896, Vasconcelos foi eleito pelo PRF local para a Câmara Federal. Durante todo o ano de 1897, discursou apenas em dois momentos estratégicos, isto é, no final de agosto para afirmar a sua condição de opo-

sicionista e fiel ao PRF nacional de Francisco Glicério, e em novembro, dias depois do atentado contra o presidente Prudente de Moraes, para desligar-se daquele mesmo partido.

Nos parece que não há necessidade neste breve texto de examinarmos os principais componentes da crise política de 1897 que, como sabemos, colocou em rota de colisão o presidente Prudente de Moraes e a facção do PRF liderada por Francisco Glicério. Vejamos apenas como esse confronto se desdobrou no campo político carioca.⁶

Como o PRF local se manteve fiel a Glicério, o poder central começou a se movimentar no sentido de ocupar espaços na capital. Por intermédio do Ministro do Interior, tratou de nomear funcionários em posições estratégicas na justiça sem a anuência do Conselho Municipal, ao mesmo tempo em que requisitou ao Congresso recursos para ampliar as diligências policiais. Iniciava-se naquele momento um processo de intervenção política no Distrito Federal que se prolongaria ainda por muitos anos, pelo menos até a gestão do presidente Rodrigues Alves.

Estava claro para os grupos políticos locais que o poder central partia para o confronto aberto. Seja pela nomeação de cargos, seja pela coerção policial, estava aberta a temporada de controle e cooptação política, o que claramente enfraquecia as posições políticas do PRF local. Para denunciar tudo isso e impedir a debandada, nada melhor do que a voz insuspeita de Vasconcelos, uma liderança com trânsito junto ao poder central e com antigas ligações com o republicanismo mais radical expresso na liderança de Tomas Delfino e no jacobinismo de parlamentares como Irineu Machado, Alcindo Guanabara e Timóteo da Costa.

Vasconcelos, em seu pronunciamento de agosto, cumpriu bem esse papel, batendo duro no governo federal. Segundo ele, o poder central, por meio do Ministro do Interior, estava invadindo atribuições municipais. O Distrito Federal, afirma, “hospeda o Governo da União; e era de esperar que o Governo tratasse-o como um pai carinhoso; mas não, ele é uma **madrasta histérica** (grifo nosso), é um perseguidor do Distrito Federal, quer política, quer administrativa e economicamente.” (Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 30 de agosto de 1897)

Vasconcelos denuncia ainda que “os lords-protetores do Governo, chefes políticos de estados longínquos, que nenhuma ligação têm com a política da Capital Federal, constituídos aqui em incorporadores do tal Partido do Governo.” (Anais da CD, dem). Em seu pronunciamento, defende os líders do PRF, mas, em nenhum momento se coloca como tal. Suas palavras

se dirigem fundamentalmente na defesa do fechamento do espaço político carioca à invasão externa.

A situação política acabou por se deteriorar em novembro daquele mesmo ano, com o frustrado atentado ao presidente Prudente de Moraes. As principais lideranças jacobinas foram processadas, presas ou neutralizadas, o que afetou sobremaneira o poderio do PRF nacional e local, que perderia também o controle da prefeitura com a exoneração de Furquim Werneck.⁷ Três dias depois do incidente, Vasconcelos retornou à tribuna para em curto pronunciamento desligar-se do PRF local. Defende o poder constituído e afirma que deseja cumprir seu mandato sem nenhum compromisso partidário.

A eleição de Campos Sales significou o aprofundamento da tendência intervencionista acima referida. Em dezembro de 1898, um pouco mais de um mês após a posse do novo presidente, foram aprovadas no Congresso importantes alterações na Lei Orgânica da capital que, em linhas gerais, fortaleceram o papel tutelar da presidência em detrimento da posição arbitral do Senado. O novo chefe do poder executivo municipal passaria a ser nomeado livremente pelo presidente da República, sem a aprovação da Câmara Alta, e ficaria no cargo apenas “enquanto bem servisse” ao presidente da República. Ao mesmo tempo, procurou-se quebrar a hegemonia do PRF local com a introdução do sistema de listas incompletas que favorecia a eleição de candidatos da minoria e, portanto, fora do esquema dominante de poder.

Estas reformas foram debatidas mais na imprensa do que no Congresso Nacional. Originalmente, o projeto do governo era ainda mais radical, chegando inclusive a defender a suspensão temporária do Conselho Municipal após o término do mandato dos intendentes, o que ocorreria em dezembro daquele mesmo ano. O texto do projeto, defendido pelo parlamentar baiano Severino Vieira, mais tarde Ministro da Viação de Campos Sales, propunha ainda assegurar plenos poderes ao prefeito, salvo “às intervenções corretivas conferidas ao governo federal.” (Gazeta de Notícias, 8/10/1898.) Outro parlamentar baiano, Rui Barbosa, combateu em seu jornal *Imprensa* todas essas posições, e afirmava que o poder central queria algo impossível, isto é, transformar a cidade do Rio de Janeiro em Washington, a sede do governo norte-americano e melhor expressão de capital neutralizada.⁸

No Congresso, o debate foi morno, apesar dos esforços de alguns parlamentares cariocas, entre eles Augusto Vasconcelos, no sentido de barrar as reformas. A oposição encontrava-se inteiramente desarticulada após os episódios de novembro de 1897; não havia, portanto, clima político para

se conter a ação da maioria que terminou por aprovar um texto que aparou as tendências mais intervencionistas do projeto original de Severino Vieira.

Campos Sales, no poder, adotou uma política sistemática de desmontagem da estrutura criada pelos grupos políticos locais durante a década de 1890. Para tal, entre outras coisas, procurou romper com a mais importante aliança que fundamentava a força desses grupos, ou seja, a das lideranças republicanas radicais (constituída de gliceristas e florianistas) com o “triângulo”. Nas eleições federais de 1899, Sales obteve não apenas o apoio político de Vasconcelos e Irineu Machado, como também interferiu diretamente no reconhecimento da eleição de Barata Ribeiro para o Senado, em detrimento de Xavier da Silveira, candidato do PRF local.⁹

Naquele pleito, ganhara forma o que Vasconcelos anteriormente denunciara de Partido do Governo, e nele estava o líder político carioca. Era o Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF) que substituiria o PRF como força majoritária na capital. Como o outro, nasceu bafejado pela força oficial; e, como o PRF, logo estaria na oposição. Campos Sales, ao contrário de Prudente de Moraes, procurou não abrir maiores espaços para os grupos políticos locais. Na prefeitura e na chefia de polícia, colocou homens de sua estrita confiança que imprimiram políticas duras no que se refere às questões orçamentárias e de segurança. Em nenhum momento, reconheceu o PRDF como partido oficial e, em linhas gerais, atuou muito mais na diluição partidária e na deslegitimação da atividade política na capital, fazendo coro com alguns setores que denunciavam sistematicamente a existência de fraudes nas eleições. Para corroborar essa tese, pressionou o Poder Judiciário (com êxito) no sentido de anular o pleito municipal de 1902. (FREIRE, 1996: 9-20)

Esta política intervencionista foi aprofundada durante a gestão de Rodrigues Alves (1902-1906). Foram promovidas novas alterações no estatuto político da capital que reduziram sobremaneira as atribuições administrativas do Conselho Municipal (Lei 939 de 29 de dezembro de 1902). A par disso, a figura do prefeito cresceu de importância pelas mãos do engenheiro Pereira Passos. Durante seis meses, de dezembro a junho de 1903, o legislativo municipal foi fechado para se implantar a nova legislação. Finalmente, em 1904, foi aprovada a consolidação das leis do município do Distrito Federal que ratificou todas essas modificações e reafirmou o poder do executivo municipal como figura-chave no novo desenho político-institucional.

Nesse período de mudanças políticas, ganhou força a tese de que a capital deveria ser administrada segundo critérios técnicos e não políticos. Grande parte da imprensa elogiava a atuação de Passos na prefeitura como

homem enérgico e intransigente. Mesmo após a reabertura do Conselho Municipal, em junho de 1903, foram bastante difíceis as relações daquele órgão com o prefeito Pereira Passos que usaria sobremaneira seu poder de veto.¹⁰

Houve, portanto, um amplo recuo dos grupos políticos locais durante todos esses anos. O grupo organizado no PRF perderia rapidamente o prestígio, a despeito da postura governista de Tomas Delfino na administração de Rodrigues Alves. Já o PRDF caminhou rapidamente para a oposição. Seu porta-voz era o ex-prefeito e senador Barata Ribeiro, que denunciaria da tribuna os desmandos do poder central em sua política de vacinação que daria origem à chamada “Revolta da Vacina”. O partido como um todo, no entanto, não se envolveu naqueles conflitos, e mesmo Ribeiro se pronunciaria seguidamente a favor da ordem.

Durante todos esses anos, o deputado Vasconcelos tentou equilibrar-se em sua postura de não afrontar o poder federal, ao mesmo tempo em que manteve suas posições no que se refere à manutenção da existência de um espaço de atuação política na capital. Na gestão de Campos Sales, pouco subiu à tribuna. Em seus discursos, priorizou cada vez mais os temas locais, como o problema do abastecimento de água na capital. Na administração de Rodrigues Alves, atuou ainda de forma discreta sem, no entanto, deixar de participar dos debates que resultaram na ampla redução do papel político-administrativo do Conselho Municipal.

Vasconcelos, naqueles tempos de turbulência, atuou diuturnamente na montagem e na manutenção de uma estrutura política nos meios rurais. Para isso contava com o apoio do deputado federal Sá Freire, sobrinho e sucessor político de Felipe Cardoso no distrito de Santa Cruz, um dos vértices do “triângulo”. Freire era advogado de renome e logo substituiria o líder de Campo Grande como porta-voz daquele grupo político. Vasconcelos permaneceria mais na penumbra e na articulação.

O declínio de Rodrigues Alves na presidência se confundiu com a ascensão de Pinheiro Machado no panorama nacional. A vitória de Afonso Pena selaria a emergência de um novo pacto político que teve importantes desdobramentos políticos para a reorganização dos grupos políticos cariocas. O mais importante deles foi a fusão, em 1906, dos antigos grupos políticos em uma nova agremiação também denominada de Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF). Eleito senador em janeiro daquele mesmo ano, concorrendo com o seu antigo aliado Tomas Delfino, Vasconcelos chegara ao topo de sua carreira política. Suas fortes ligações com Pinheiro Machado lhe

davam agora amplo espaço de manobra. Começava a fase pinheirista/ vasconcelista na vida política carioca.

O Senador Rapadura

Pereira Passos levou consigo o estilo espetacular à frente da Prefeitura do Distrito Federal. O novo prefeito, Bento Ribeiro, voltou-se para colocar as contas em dia e tratar de problemas administrativos. O mesmo se deu nas administrações posteriores de Serzedelo Correia (1909-1910), Bento Ribeiro (1910-1914) e Rivadávia Corrêa (1914-1916).¹¹

O quadro político-institucional da capital também não sofreria maiores alterações até o término da Primeira República. O Conselho Municipal, mesmo bastante limitado em seu raio de ação, continuaria a exercer suas atribuições administrativas e, por isso mesmo, manteria alguma influência política na composição da máquina governamental.

Este novo quadro foi favorável aos grupos políticos que se reuniram em torno do PRDF. A agremiação tornou-se polo de atração de diferentes lideranças e manteve-se como principal elemento de coesão política na capital federal até as mortes de Pinheiro Machado e Augusto Vasconcelos, ambas no ano de 1915. Durante quase uma década, Machado exerceu forte influência na política da capital. Com seu prestígio, foi responsável pela nomeação de Rivadávia Corrêa para a prefeitura carioca em 1914. Não por acaso, o PRDF, sob a batuta de Vasconcelos, se transformaria em seção do Partido Republicano Conservador (PRC), agremiação nacional organizada nos moldes do antigo PRF glicerista, concebida e criada pelo senador gaúcho.¹²

O preço desse alinhamento direto (e original) com o poder central foi bem alto. Grande parte da imprensa era contrária a Pinheiro Machado; e como já ocorrera em meados da década de 1890, Vasconcelos se tornaria alvo constante de jornais e políticos oposicionistas. Voltaria o apelido — rapadura — agora acrescida função pública senatorial.

Vasconcelos ficou no Senado por quase 10 anos. Inicialmente, manteve sua postura moderada e também propositiva quanto à organização política da capital. Nos anos de 1906 e 1908, pronunciou-se algumas vezes contra os vetos do prefeito apostos em relação ao orçamento votado pelo Conselho Municipal. A partir de 1909, porém, começou a reduzir consideravelmente sua presença nos debates políticos. Naquele ano, seu único pronunciamento político referiu-se ao “caso do Conselho Municipal”, acontecimento que

envolveu a duplicação daquela casa legislativa e o seu posterior fechamento pelo poder central. Mais tarde, durante a gestão de Hermes da Fonseca, o episódio resultaria em um conflito de competências entre os poderes executivo e judiciário no plano federal.¹³

Esse episódio se daria em plena campanha presidencial de 1909/10, em que, pela primeira vez, houve ares de disputa eleitoral. Algumas lideranças políticas cariocas, como o ex-jacobino Irineu Machado, perceberam que havia chegado o momento de romper com a hegemonia pinheirista representada por Vasconcelos, se aproveitando da popularidade de Rui Barbosa na capital.¹⁴ A estratégia de Machado surtiu efeito, mas de forma alguma quebrou a espinha dorsal do PRDF que, por sucessivas vezes, elegeu a maioria da bancada de deputados federais e de senadores.

Com o advento do civilismo, o campo político carioca polarizou-se entre os ex-partidários de Rui Barbosa e o pinheirismo. A despeito do forte desgaste de Pinheiro Machado com o governo de Hermes da Fonseca e a eleição de Venceslau Brás, Vasconcelos confirmou a sua liderança reelegendo-se senador em 1915. Nos últimos anos, o ex-líder do “triângulo” praticamente abandonara a tribuna. Não fez nenhum pronunciamento de expressão no seu último ano de mandato como senador pela capital da República.

Sua morte, no final daquele mesmo ano, promoveria uma importante reviravolta no cenário político local, com o declínio acentuado do PRDF e a criação de uma nova frente partidária dominada por um político de perfil urbano e técnico: o engenheiro Paulo de Frontin (FREIRE, 2003; PINTO, 2011). Ampliou-se também, nas eleições seguintes, o eleitorado da capital, até então muito restrito e controlado pelas forças políticas dominantes capitaneadas por Vasconcelos.

Comentários finais

Creio que não se faz necessário retomarmos todo o fio da nossa argumentação nestas palavras finais. Esperamos apenas que tenha ficado claro para o leitor que estamos lidando com um tipo de liderança política que influenciou sobremaneira na ordenação do campo político carioca na Primeira República. Isso posto, tratemos agora de ampliar um pouco mais o escopo de nossa análise por meio de algumas proposições. Vamos a elas.

1. Vasconcelos expressou a força do localismo e da “política miúda” na maior cidade brasileira naquele começo do século. A capital, palco da política nacional, produziria tribunos e rebeldes, mas fundava a sua política, como os demais estados, na atividade política de ocupação de espaços públicos, na arregimentação eleitoral forçada e na fraude.

Os principais grupos que dominaram a República mantiveram uma atitude dúbia em relação à permanência da capital como *locus* político. Em um primeiro momento, trataram a questão como algo inerente ao regime; formou-se então uma estrutura política local nos moldes das oligarquias regionais. Após a crise de 1897, adotou-se uma nova política baseada na ocupação de espaços pelo poder central e no descrédito do jogo político local. O fantasma da neutralização nos moldes de Washington chegou a rondar, mas não chegou a ser aplicado. Finalmente, chegou-se a um certo equilíbrio em que as forças locais reconheceram a impossibilidade de se reverter esse quadro, e trataram de manter os pequenos espaços políticos até então conquistados.

Nessa estratégia defensiva, foi de fundamental importância uma liderança com o perfil de Vasconcelos, que conseguia reunir o apoio do contestável Pinheiro Machado e de significativas bases locais. Com o desaparecimento de Vasconcelos, a situação política não sofreu maiores modificações até o término da Primeira República. Manteve-se, ainda por muitos anos, o *exercício do dissenso*.

2. A historiografia pouco abordou esse “lado obscuro” da política carioca, a não ser para reafirmar a tese de que tudo aquilo era, nada mais, nada menos, do que a expressão de um fenômeno mais geral relacionado à forma pela qual a República encaminhou (ou desencaminhou) a questão da cidadania política no país.¹⁵

Em relação a Vasconcelos, acontece mais ou menos a mesma coisa. Há poucas referências à sua liderança na historiografia e, quando existem, assumem em geral um tom que resvala mais para a caricatura. Afonso Ari- nos, por exemplo, em passagem sobre o referido “caso do Conselho Municipal”, em que ficaram frente a frente Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, chega a chamar o líder político carioca, que formou com Hermes e lhe dava sustentação política na capital, de o “velho soba do sertão carioca”, ou seja, uma reminiscência de liderança *africana* presente nos arredores da capital do país. Na coerente narrativa do autor, Vasconcelos era a melhor expressão das

trevas, da ignorância, enfim, um contraponto perfeito à razão expressa pela força do Direito defendida na ocasião pelo conselheiro Rui Barbosa. Infelizmente, o historiador mineiro não produz qualquer análise sobre a personalidade em questão, valendo-se apenas de uma boa expressão.¹⁶

3. Neste texto procuramos mostrar a história não foi nem tão simples e nem se resume a esquemas analíticos marcados pelo velho problema da dicotomia. O jogo político na capital nos pareceu bem mais complexo. Por mais sufocante que fosse a presença do poder central em sua sede, houve possibilidade de se criar, em determinados momentos, estruturas políticas locais com razoável expressão política e social. Nesse caso, chama a atenção o papel de Vasconcelos e de outros membros do “triângulo”, como agentes importantes na constituição destas estruturas.

O mesmo, no entanto, não se pode dizer de lideranças de perfil mais nacionalizado que atuavam no campo político carioca. Em geral, estes se tornavam livres-atiradores, *outsiders*, incapazes de permanecerem fiéis mesmo aos tênues liames partidários. Nesse sentido, o exemplo mais expressivo, dentre muitos outros, foi o do advogado e professor Irineu Machado. Jacobino de primeira água, Machado elegeu-se sucessivamente deputado federal pelas áreas urbanas da cidade do Rio de Janeiro. Após envolver-se diretamente na conspiração contra o governo de Prudente de Moraes, passou a adotar uma ação de caráter mais moderada, tornando-se aliado, em certos momentos, da corrente comandada por Vasconcelos. Devido as suas relações com Rui Barbosa, transformou-se em líder da corrente civilista, assumindo a vanguarda da luta contra o hermismo e o pinheirismo na capital até a morte do polêmico prócer gaúcho. Mais tarde, envolveu-se no famoso caso das “cartas falsas” contra Artur Bernardes, o que lhe rendeu a “degola” nas eleições senatoriais de 1924. Eleito senador em 1926, terminou a vida política apoiando o governo de Washington Luís.¹⁷

Na Primeira República brasileira, esta conduta errática não foi exceção nem regra. Estava inteiramente enquadrada ao padrão político da época, marcado pelo ainda fortemente pelo personalismo e pelos constantes desequilíbrios do jogo oligárquico. Como outros políticos de perfil congênere, Machado conciliava, sem maiores problemas, a prática política das clientelas com o desabrido discurso oposicionista e antioligárquico.

Sem o mesmo capital político, lideranças como a de Vasconcelos seguiram um caminho diverso. A entrada na vida pública costumava ocorrer

por duas vias: pelos contatos por “cima”, mas também e principalmente pela consistência de uma base eleitoral segura em seu distrito de origem. Os mesmos atributos, além de uma capacidade de granjear apoios em outros distritos, poderiam garantir no futuro cargos federais. Este foi o caso de Vasconcelos.

Se adotarmos a classificação adotada por Robert Dahl, pode-se afirmar que Vasconcelos foi inegável e coerentemente um “político negociador”. (DAHL, 1988: 115-117). Não há traços de radicalização em seu discurso ou mesmo de defesa intransigente de princípios. *Pari passu* à sua ascensão na vida política, afasta-se da tribuna, passando a adotar cada vez mais uma política de bastidores. Em nenhum momento, deixa de exercer um rígido controle sobre as suas bases eleitorais e sempre mantém as portas abertas para a negociação com o governo federal.

4. Para concluir, poderíamos avançar um pouco mais no sentido de sugerir a seguinte e última proposição para futuras pesquisas: Vasconcelos seria a expressão de uma *tradição constitutiva* da política formal na cidade do Rio de Janeiro que se caracterizou por *conciliar, sem grandes embaraços, a política clientelista e a estruturação partidária*. Esta tradição, possivelmente inaugurada no império, deitou raízes na República e até hoje marca fortemente a cultura política carioca.

Notas

1 Retomo e desenvolvo neste artigo algumas questões apresentadas em minha tese de doutorado intitulada *Uma capital para a República*: poder federal e forças locais no campo político carioca. PPGHIS/UFRJ, 1998. Agradeço a colaboração da professora Rosemeire Medeiros no levantamento de dados sobre Augusto de Vasconcelos.

2 Ver maiores dados da força eleitoral do “triângulo” em FREIRE (2000:171-178).

3 Verificar perfil das bancadas cariocas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal em ABRANCHES (1918).

4 Sobre o confronto entre a prefeitura e o legislativo municipal nas gestões de Barata Ribeiro e Henrique Valadares, ver BASTOS (1984) Ver ainda WEID (1984).

5 Cf. **Anais do Conselho Municipal**, sessão de 4 de abril de 1893.

6 Sobre a crise política de 1897, ver o clássico de ABRANCHES (1973). Ver ainda a análise de CAMPOS SALES (1983).

7 Sobre o episódio do atentado a Prudente de Moraes e seus desdobramentos políticos, ver QUEIROZ (1986).

8 **Imprensa**, 11/10/1898. Sobre o histórico da capital norte-americana, ver o clássico de GREEN (1962).

9 Sobre a intervenção de Campos Sales na política da capital, ver ABRANCHES (1973) e FREIRE (1996).

10 Sobre a gestão de Pereira Passos na prefeitura, ver BENCHIMOL (1992) e AZEVEDO (2003).

11 Sobre os prefeitos cariocas da Primeira República, ver NORONHA SANTOS (1945) e REIS (1977).

12 Sobre Pinheiro Machado, ver ENDERS (1993) e CASTRO (1982).

13 Ver o “caso do Conselho Municipal” em FRANCO (1955: 688-690).

14 Sobre a campanha civilista na capital, ver CASTRO, 1982: 171-175.

15 Ver, por exemplo, CARVALHO (1987).

16 Conf. FRANCO (1955:689).

17 Ver trajetória política de Irineu Machado em CONNIF (1981-81). Ver também FREIRE (2012: 95: 111).

Referências bibliográficas

Fontes

Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 30/08/1897.

Anais do Conselho Municipal, sessão 4 e 5 de abril de 1893.

Cidade do Rio, Rio de Janeiro, 1895 a 1899 **Imprensa**, 1898.

Gazeta de Notícias, 08/10/1898.

Bibliografia

ABRANCHES, Dunschee de. **Como se faziam presidentes**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

_____. **Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil**. São Paulo: s/ed. 1918.

AZEVEDO, André. “A Reforma Passos: uma tentativa de integração urbana”. Rio de Janeiro: In: **Revista Rio de Janeiro**, n. 10, 2003.

BASTOS, Ana Marta R. **O Conselho de Intendência Municipal**: autonomia e instabilidade 1889-1892. Rio de Janeiro: CEH/FCRB, 1984.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos, um Haussmann Tropical**: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. (Coleção Biblioteca Carioca).
BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

_____. A representação política. “Elementos para uma teoria do campo político”. In: BOUDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa, Difel, 1990.

_____. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CAMPOS SALES, M.F. **Da propaganda à presidência**. Brasília, UnB: 1983.

CANDIDO de OLIVEIRA et alii. **Década Republicana**. v. 2. Brasília: Editora da UnB, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo:

- Companhia das Letras, 1987.
- CASTRO, Sertório de. **A República que a Revolução Destruiu**. Brasília: UnB, 1982.
- CONNIFF, Michael. **Urban Politics in Brazil: the rise of populism (1920-1945)**. Pittsburg: Pittsburg Press, 1981.
- DAHL, Robert. **Análise Política Moderna**. Brasília: Editora da UnB, 1988.
- ENDERS, Armelle. **Pouvoirs et federalisme au Bresil (1889-1930)**. Paris: Université de Paris IV – Sorbonne, 1993.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um estadista da República**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.
- FREIRE, Américo. “Campos Sales e a República Carioca”. In: **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, 1996.
- _____. “Fazendo a República: a agenda radical de Irineu Machado”. In: FREIRE, Américo. **Sinais trocados: o Rio de Janeiro e a República brasileira**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2012, pp. 95-111.
- _____. (Org.) **Paulo de Frontin: discursos parlamentares**. Rio de Janeiro, Alerj, 2003.
- _____. **Uma capital para a República**. Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX. Rio de Janeiro: PPGHIS, 1998 (tese de doutorado).
- _____. **Uma capital para a República**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- GREEN, Constance McLaughlin. **Washington: A History of the Capital, 1800-1950**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1962.
- LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: A ilusão biográfica. FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- NORONHA SANTOS, F.A. **Acerca da Organização Municipal e dos prefeitos do Distrito Federal**. Rio de Janeiro: O GLOBO, 1945.
- PINTO, Surama Conde S. **Só para iniciados...** O jogo político na antiga capital federal. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.
- QUEIROZ, Suely R.R. **Os radicais da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- REIS, José de Oliveira. **O Rio de Janeiro e seus prefeitos: evolução urbanística da cidade**. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.
- VENEU, Marcos Guedes. “Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895”. In: **Dados**, v. 30, n. 1, 1987, pp. 45-72.
- WEID, Elizabeth Von der. **O prefeito como intermediário entre o poder federal e o poder municipal na capital da República**. Rio de Janeiro: CEH/FCRB, 1984.

Recebido em: 18/11/2020
Aprovado em: 01/12/2020